

Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 01, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Exmo. Sr.
DD. Jorge Barbosa
Presidente da Câmara Municipal
Sapucaia do Sul – RS
Nesta.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, utilizando a prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para apreciação e voto, o incluso projeto de lei que altera a Lei Municipal nº 4.033/2020, que concede subsídio mensal na tarifa do Transporte Público Coletivo de Sapucaia do Sul durante a declaração de estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19

As alterações promovidas no projeto de lei que ora encaminho decorrem da necessidade de prorrogação no prazo de concessão devida a continuidade do cenário pandêmico ao qual enfrentamos.

O transporte público coletivo de Sapucaia do Sul sofreu os efeitos da pandemia com a queda brusca e inesperada de passageiros decorrente das medidas sanitárias para contenção da proliferação do vírus no âmbito municipal.

As medidas adotadas pelo Município de Sapucaia do Sul foram embasadas em determinações internacionais, federais e estaduais, consoante se passa a expor.

A pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus) obrigou aos gestores públicos a adoção de medidas para redução dos riscos de proliferação do vírus e preparação da rede pública de saúde para atender aos infectados.

No âmbito federal, a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.”. E ainda, com a medida cautelar concedida pelo STF na ADI nº 6.625, que prorrogou os efeitos dos arts. 3º ao 3º-J da referida Lei, para tanto transcrevo:

“Tal fato, porém, segundo demonstram as evidências empíricas, ainda está longe de materializar-se. Pelo contrário, a insidiosa moléstia causada pelo novo coronavírus segue infectando e matando pessoas, em ritmo acelerado, especialmente as mais idosas, acometidas por comorbidades ou fisicamente debilitadas. Por isso, a prudência - amparada nos princípios da prevenção e da precaução,¹⁴ que devem reger as decisões em matéria de saúde pública - aconselha que as medidas excepcionais abrigadas na Lei nº 13.979/2020



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral

continuem, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia.

Em face do exposto, defiro parcialmente a cautelar requerida, ad referendum do Plenário desta Suprema Corte, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 8º da Lei nº 13.979/2020, com a redação dada pela Lei 14.035/2020, a fim de excluir de seu âmbito de aplicação as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3º, 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, 3º-G, 3º-H e 3º-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas.”

*Essa Lei Federal estabeleceu medidas objetivando a **proteção da coletividade**.*

Neste sentido, os principais conceitos previstos na Lei Federal quais sejam os de “isolamento” e de “quarentena”, decorrem das definições estabelecidas pelo Regulamento Sanitário Internacional acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, aprovado pelo Congresso Nacional em 2009 e promulgado pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020. Dispõe a Lei Federal no art. 2º:

“Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.”

A Lei Federal também estabeleceu as medidas excepcionais que poderiam ser adotadas no combate à pandemia, como prevê o art. 3º:

“Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

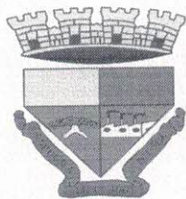
e) tratamentos médicos específicos;

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI - restrição excepcional e temporária de entrada e saída do País, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por rodovias, portos ou aeroportos;

VII - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral

VIII - autorização excepcional e temporária para a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa, desde que:

- a) registrados por autoridade sanitária estrangeira; e*
- b) previstos em ato do Ministério da Saúde.*

§ 1º As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública. (...)”

O § 7º do referido art. 3º da Lei Federal nº 13.979/2020, estabeleceu que:

“§ 7º As medidas previstas neste artigo poderão ser adotadas:

I - pelo Ministério da Saúde;

*II - pelos gestores locais de saúde, desde que autorizados pelo Ministério da Saúde, nas hipóteses dos incisos I, II, V, VI e VIII do **caput** deste artigo; ou*

*III - pelos gestores locais de saúde, nas hipóteses dos incisos III, IV e VII do **caput** deste artigo.”*

Em abril de 2020, no âmbito do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341 que questionava a Medida Provisória (MP) nº 926/2020, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que as medidas adotadas pelo Governo Federal para o enfrentamento do novo coronavírus **não afastam a competência concorrente** (artigo 23, inciso II, da Constituição), **dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de cuidar da saúde pública, nem a tomada de providências normativas e administrativas.**

Assim, o Poder Executivo municipal, lastreado no dever de precaução adotou medidas no âmbito municipal para evitar a proliferação da contaminação pelo Novo Coronavírus.

Essas medidas começaram com o Decreto nº 4.492, de 16 de março de 2020, e com os sucessivos Decretos, posteriormente consolidados pelo Decreto nº 4.511, de 6 de abril de 2020, que será reeditado até o dia 07 de janeiro de 2021.

Destaca-se também que o Município decretou inicialmente estado de emergência em face da pandemia e depois, estado de calamidade pública, por meio do Decreto nº 4.504, de 23 de março de 2020.

Essa medida veio lastreada nas providências adotadas no âmbito da União e do Estado. Na União, com a aprovação pelo Senado da República do Decreto Legislativo nº 6/2020 que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. No âmbito do Estado, com a edição do Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020, que Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), o qual foi, posteriormente ratificado pelos Decretos nº 55.154 e 55.240.

Os Decretos estaduais foram homologados pela Assembleia Legislativa por meio do Decreto Legislativo nº 11.220/2020, e o Decreto de Sapucaia do Sul foi homologado pelo Decreto Legislativo nº 11.222/2020.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral

Ressalta-se que o Executivo municipal adotou e adaptou suas normas às determinações do Estado do Rio Grande do Sul por meio do Decreto nº 55.154, de 1º de abril de 2020, e posteriormente, ao Sistema de Distanciamento Controlado do Estado do Rio Grande do Sul, inicialmente previsto no Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020.

Diante deste contexto, medidas estaduais e municipais necessárias e legítimas para contenção da pandemia impactaram a prestação do transporte público coletivo municipal, o qual constitui serviço essencial e de responsabilidade do Município.

No entanto, o modelo de prestação deste serviço público encontra-se suportado no pagamento de tarifa pelos usuários. A tarifa do transporte público coletivo municipal foi reajustada no início de 2020 para R\$ 4,70 com base no levantamento dos custos para manutenção do sistema e conforme o fluxo de passageiros ordinário da época.

As análises técnicas dos custos e das despesas do sistema, bem como a quantidade de usuários, apontam a necessidade de 130 mil usuários/mês para que a operação de transporte público coletivo seja viável.

Diante, da continuidade do cenário pandêmico vivenciado mundialmente desde o ano último até o momento, as medidas de enfrentamento necessitam prosseguir para que seja possível que serviços básicos de responsabilidade do Município sigam à disposição da população.

Salienta-se que a possibilidade de estabelecer subsídio tarifário para o transporte público coletivo se encontra previsto na Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Dispõe a referida Lei Federal:

“Art. 9º O regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público.

§ 1º A tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador.

§ 2º O preço público cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo denomina-se tarifa pública, sendo instituída por ato específico do poder público outorgante.

§ 3º A existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se déficit ou subsídio tarifário.

*§ 4º A existência de diferença a maior entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se **superavit** tarifário.*

§ 5º Caso o poder público opte pela adoção de subsídio tarifário, o déficit originado deverá ser coberto por receitas extratarifárias, receitas alternativas, subsídios orçamentários, subsídios cruzados intrasetoriais e intersetoriais



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral

provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes, instituídos pelo poder público delegante.

§ 6º Na ocorrência de superávit tarifário proveniente de receita adicional originada em determinados serviços delegados, a receita deverá ser revertida para o próprio Sistema de Mobilidade Urbana.

(...)”

Assim, encaminha-se a proposta para renovação de concessão de subsídio na tarifa do transporte público coletivo para viabilizar a manutenção desta atividade essencial durante o período de pandemia.

Esse subsídio está vinculado ao déficit tarifário decorrente da pandemia, no entanto, se durante a vigência do benefício sobrevier superávit tarifário este será aportado em Fundo Especial.


A proposta prevê a criação deste Fundo Especial que poderá reduzir o aporte de recursos da municipalidade.

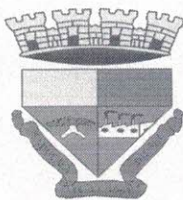
Vale ressaltar que se encontra em fase judicial de tramitação o Termo de Referência para licitação do transporte público coletivo de Sapucaia do Sul, o qual não se tem ainda previsão temporária de efetivação.

Por fim, **requeiro que a tramitação do presente Projeto de Lei ocorra em regime de urgência, forte na disciplina do artigo 57, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul.**

Por isso, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito a oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,


Volmir Rodrigues
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº (...) /2020

Altera a Lei nº 4.033/2020 e autoriza a renovação da concessão de subsídio mensal na tarifa do Transporte Público Coletivo de Sapucaia do Sul durante a declaração de estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19.

O Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 41 a 43, e 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/64, e com a Lei Municipal nº 4.008/2019, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 4.033 de 31 de julho de 2020, que determina a concessão de subsídio mensal na tarifa do Transporte Público Coletivo de Sapucaia do Sul durante a declaração de estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, no âmbito do Município de Sapucaia do Sul, que passa a vigorar as seguintes alterações:

I. É dada nova redação ao Art. 1º, conforme segue:

“**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de subsídio mensal na tarifa do Transporte Público Coletivo de Passageiros com o objetivo de manter o funcionamento deste serviço essencial, enquanto vigente o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Município de Sapucaia do Sul, limitado a 30 de abril de 2021.”

.....

II. Fica modificada a redação do Art. 10, §3º, conforme segue:

“**Art. 10.** Constituem receitas do FUNTRANSPORTE:

.....

§ 3º Até 30 de abril de 2021, o saldo dos recursos depositados no Fundo reverterá para ações de mobilidade urbana da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.”

III. Fica acrescentado o Art. 12-A, com a seguinte redação:

“**Art. 12-A.** As rubricas anteriormente abertas continuam em vigência na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2021.